

o que é



Economia do Conhecimento

Mário Murteira

Conhecer o conhecimento

Que conhecimento?

A definição mais simples que podemos encontrar para «conhecimento», e é geralmente referida na literatura, é a seguinte (OCDE, 1999):

Conhecimento – organização da informação para responder a uma questão ou resolver um problema.

Mais adiante (Capítulo III) necessitaremos de aprofundar este conceito. Para já, notemos que esta definição permite entender o «conhecimento» quer como um fluxo ou actividade, quer como um *stock*, isto é, a acumulação ou agregação do produto daquele fluxo. No primeiro aspecto, é identificado o acto de conhecer como reflexão orientada por certo questionamento; no segundo, o conhecimento é o resultado acumulado de todos esses actos, considerado em certo ponto no tempo. Como veremos, a «gestão» do conhecimento envolve quer o aproveitamento dum *stock* existente de conhecimentos em dada organização quer a estratégia de

desenvolvimento desse *stock* (digamos, a estratégia de aprendizagem), entendendo por este termo o acesso ao conhecimento.

Encontramos assim três elementos naquela definição: uma questão ou um problema colocados inicialmente, uma certa quantidade de informação disponível, um processo organizativo dessa informação. Também se compreende facilmente a distinção entre informação e conhecimento: este pressupõe a organização ou tratamento da informação – esta, por seu turno, constituída por colecções de dados – orientada por certa interrogação inicial. A simples acumulação de informação não é, pois, sinónimo de conhecimento, podendo até constituir um obstáculo em lugar dum meio de obtê-lo.

E compreende-se também que o «conhecimento» como processo tenha implícito ou subjacente um outro processo, que poderemos designar por «gestão do des-conhecimento». O progresso do conhecimento – sem por ora discutir o conceito – pressupõe a capacidade do sujeito de, na situação inicial de «des-conhecimento», criar condições para um movimento, mais ou menos consciente, na direcção certa ou relevante. O que requer, quanto possível, a capacidade para formular a questão inicial da forma mais fecunda de modo a orientar o processo de tratamento da informação considerada apropriada. E sabe-se como, muitas vezes, a questão inicial é substituída por outra numa fase mais avançada da investigação, sendo então a primeira rotulada de «falsa» questão, ou seja, considerada como questão mal posta enquanto instrumento de «gestão do des-conhecimento». A questão originária serve, afinal, pelo menos provisoriamente, de guia ou bússola na navegação que deverá permitir a passagem do desconhecimento ao conhecimento.

Nestes termos muito amplos, a definição de conhecimento abre inúmeras possíveis alternativas, desde logo condicionadas pela natureza da questão colocada à partida. Enquan-

to interrogações mais fundamentais do tipo *o que é* ou *porque é* conduzem, ou podem conduzir, a uma investigação de natureza filosófica ou científica, um questionamento mais pragmático do tipo *como fazer* ou *para que serve*, remete para um conhecimento prático, mais ou menos condicionado por certo instrumental ou certo suporte tecnológico.

Diz-se, por outro lado, que hoje o conhecimento se desenvolve mais orientado por questões do «ter» e do «fazer» do que por questões do «ser», como sucedeu noutras épocas e civilizações; o que equivale a dar primazia ao conhecimento aplicado sobre o conhecimento mais especulativo ou fundamental.

O conhecimento de si mesmo

Quando se coloca a questão das origens da espécie humana, defronta-se a necessidade de explicar onde surge o processo diferenciador dessa espécie, comparativamente às outras, quer na sua relação com a natureza, quer na relação dos membros da espécie entre si, problemática que afinal remete para as origens da distintiva capacidade cognitiva da humanidade. Parece que esse processo envolveu a invenção duma linguagem utilizando certa simbologia, linguagem que, por seu turno, permite ao homem responder, ou tentar fazê-lo, a questões hipotéticas, «dado isto, se decorre aquilo», ou seja, do tipo *o quê, se?* (Ian Tasertsall).

Tal significa uma nova capacidade de o ser humano, em relação às outras espécies conhecidas, ir além dum simples conhecimento espontâneo e intuitivo, permitindo formular novas questões e, ao mesmo tempo, desenvolver novas relações do homem com a sua envolvente natural.

Quanto à origem ou genética dessa capacidade, essa resultará de algo que Jacques Monod, em livro que foi célebre (*L'hasard et la nécessité*, Paris, 1960), apelidou duma con-

jugação de «acaso e necessidade». Tasertsall, por seu turno, rejeita a hipótese de qualquer processo evolutivo continuado e coerente na natureza, mencionando aquilo que designa por «exaptação» (*exaptation* em inglês), isto é, a utilização, por certa espécie, dum órgão, até então conhecido por exercer determinada função, para uma função completamente diferente, tal como as asas, inicialmente usadas durante milhares de anos apenas para aquecer o corpo do animal mas que, a partir de certo momento, passam a servir para voar...

Seja como for, o «conhecimento» é afinal algo de essencial à condição da espécie humana. Um filósofo poderia definir o homem como «a evolução tornada consciente de si mesma» ou, dir-se-ia noutra linguagem, como a grande testemunha do cosmos, empoleirada na Seta do Tempo.

Nesta interpretação do universo, o homem pode surgir-nos, ainda, como um «terceiro infinito» (Teilhard de Chardin), o infinito da complexidade. O homem é, ele próprio, parte da «natureza», mas uma parte que dalgum modo modifica o todo e, ao mesmo tempo, procura dar-lhe um sentido.

Num plano mais simples e descritivo, tornou-se corrente a distinção entre conhecimento tácito e conhecimento codificado (Michael Polany, 1958). Este último encontra-se registado, escrito, é transmissível de sujeito para sujeito. O outro é pessoal, íntimo ao sujeito de conhecimento e até imperfeitamente consciencializado.

A Bíblia, além de tudo o mais, constitui expressão exemplar dum extraordinário exercício de codificação de um certo conhecimento acumulado por gerações e gerações dum povo, ao longo de milhares de anos. E, como é sabido, é a invocação duma entidade transcendente que tem legitimado ou validado a versão ou relato considerados «verdadeiros» em detrimento dos textos considerados apócrifos, ou «falsos».

Já o conhecimento tácito não está escrito, não é facilmente transmissível pelo sujeito, mesmo quando exista vontade de fazê-lo, e até pode não ser consciencializado.

Neste sentido, o conhecimento tácito está identificado com uma vivência ou experiência únicas e é parte integrante do que poderemos designar por visão ou ideologia do sujeito. E numa perspectiva filosófica, como fez Emmanuel Mounier, figura destacada do personalismo cristão, pode defender-se que a acção é um modo de conhecimento. Este resultará assim duma prática, mais do que dum simples exercício intelectual.

Esses saberes tácitos podem tornar-se preciosos numa organização, embora a tendência hoje dominante, sob a égide da flexibilização dos mercados de trabalho, vá num sentido oposto ao seu aproveitamento.

De facto, o aumento sensível da esperança média de vida na maior parte das sociedades actuais prolonga esses tempos pessoais de aprendizagem e pode permitir sucessivos e distintos percursos de vida activa. Mas um tal processo não garante que essas potencialidades de conhecimento não codificado sejam partilháveis ou aproveitáveis pelas sociedades ou organizações.

Em última análise, a humanidade, embora tardiamente, tem-se preocupado em salvar as tartarugas da extinção, mas não tem que fazer dos «saberes não codificados» que se escondem num animal que pode ocultar mais de duzentos anos da sua peculiar experiência de vida, ou seja, que pode ter nascido por alturas da Revolução Francesa e manter-se vivo até hoje... Ora, dalgum modo, torna-se hoje possível, com o prolongamento da duração média da vida humana, a existência de sábias «tartarugas humanas», como Peter Drucker, que se aproxima dos cem anos de idade e detém precioso conhecimento acumulado numa não só longa, mas também riquíssima experiência de vida. Um tal conhecimento, apesar da prodigiosa produção literária que tem ori-

ginado, não será totalmente transmissível e nalguma medida estará condenado a desaparecer com o seu proprietário, certamente sábio longo tempo mas não imortal... O que nos conduz à conclusão de que o conhecimento tácito, mantendo-se nesse estado, ao contrário do codificado, é mortal como qualquer ser humano.

Uma nota ainda sobre as diferenças de ritmo e profundidade nos processos de desenvolvimento do conhecimento nas múltiplas áreas disciplinares que a curiosidade ou o interesse dos humanos têm construído. Por exemplo, como notou António Damásio no seu celebrado *best-seller*, *O Erro de Descartes*, traduzido em diversas línguas, é assinalável o atraso no conhecimento científico, neurobiológico em particular, que o homem tem de si mesmo, talvez em parte explicável pelo receio da revelação das profundidades da sua natureza.... Como também é geralmente reconhecido o imperfeito conhecimento dos factores que condicionam, a longo prazo, a evolução do meio ambiente no planeta, daí derivando a justificação e importância do princípio «de precaução» na gestão desse meio ambiente.

Na realidade, não existe uma «ciência do conhecimento»; uma superciência que seria, por assim dizer, o gestor racional do desenvolvimento do conhecimento nas várias direcções consideradas mais relevantes. Existe sim, uma sociologia histórica da Ciência que nos permite compreender *ex-post*, por exemplo, como surgiram e se diferenciaram as várias disciplinas científicas... e compreender também, em certos casos, porque sobrevivem acantonadas em departamentos universitários, mesmo quando a sua justificação epistemológica se tornou ou sempre foi duvidosa.¹

¹ Sobre este tema, ver o relatório *To Open the Social Sciences*, elaborado sob os auspícios da Fundação Gulbenkian por uma comissão interdisciplinar presidida pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, 1995.

Mas é a relação entre o conhecimento e a economia que mais nos interessa neste texto, incluindo, já se vê, a ambígua e perturbadora intimidade que hoje se observa entre «ciência» e «economia».

Um mercado do conhecimento?

E nesta perspectiva, assinale-se em primeiro lugar a emergência dum «mercado de conhecimento» num sentido mais figurado que literal e que passamos a descrever.

Um tal «mercado» resulta de o funcionamento do sistema económico actualmente dominante – a que, como já notámos, podemos chamar *capitalismo do mercado global* ou simplesmente *economia do mercado global* – manter uma relação muito estreita com o processo de desenvolvimento do conhecimento, na medida em que um tal processo se tornou decisivo na competição entre os principais actores desse mercado global.

Esta relação justifica uma análise mais demorada, que iremos desenvolver ao longo das páginas deste livro. Para já, interessa-nos, neste passo da nossa reflexão, introduzir, de forma simples mas que cremos ser também essencial, os contornos da «procura» e da «oferta» de conhecimento que se conjugam em tal mercado.

Admitimos que no mercado em consideração há actores com necessidades de conhecimento adicional, no sentido amplo que demos ao termo, e actores em posição de satisfazer tais necessidades, constituindo, uns e outros, procura e oferta de conhecimento.

Do lado da procura, tratando-se de organizações de considerável envergadura, haverá uma parte de tais necessidades que a organização poderá satisfazer internamente, sobretudo através de adequadas actividades de investigação e desenvolvimento experimental (habitualmente designadas

pelas iniciais I&DE, ou R&D na correspondente expressão inglesa). As tendências actualmente dominantes na gestão das organizações vão, todavia, no sentido do chamado *outsourcing*, isto é, da externalização de tais serviços. Além disso, há cada vez mais empresas especializadas que prestam múltiplos serviços a outras empresas e que se podem considerar «intensivos em conhecimento», como serviços de consultoria em gestão, informática, estudos de mercado, gestão de recursos humanos, serviços financeiros, auditoria, etc. Compreende-se assim o desenvolvimento de relações que, embora situadas numa lógica de economia de mercado, tendem a estabilizar-se em fórmulas cooperativas mais ou menos prolongadas.

Ao contrário do mercado «puro», em que se desenvolvem relações pontuais no tempo e que conduzem a um único acto de compra e venda, e em que, para dado produto negociado, o preço é variável determinante da transacção, neste específico «mercado» não é o preço o elemento mais decisivo, nem se trata, na maior parte das vezes, duma simples transacção a realizar. O que está em causa é o êxito do processo, que pode assentar numa relação cooperativa entre as partes, conducente à resolução do problema que foi a origem da «procura» do conhecimento.

Mas a «oferta» que vimos descrevendo não tem apenas origem nas empresas de serviços como as referidas. Pode provir de centros universitários especializados, de laboratórios ou institutos públicos, de empresas estrangeiras em relações de parceria com empresas nacionais, ou decorrer do simples pagamento de direitos ou *royalties* para utilização de certo produto ou processo.

Há portanto nesta matéria uma diversidade de relações possíveis entre uma diversidade de possíveis actores.

E os processos de relacionamento, tal como os actores, estão por seu turno condicionados pelo nível de desenvolvimento atingido pela economia em questão, bem como pelas

suas especificidades socioculturais. A questão será retomada com maior profundidade nos capítulos seguintes, mas algo devemos adiantar desde já.

Afinal, uma vez mais, trata-se de analisar um processo de transição, em que – pelo menos em princípio – a estrutura económica nacional se vai tornando mais intensiva em certo tipo de actividades que requerem produtos e processos com maior «conhecimento» incorporado e também com actores de maior qualificação. Como é evidente, este processo reflecte impulsos, mais ou menos endógenos e mais ou menos condicionantes do processo, do lado da oferta e do lado da procura de conhecimento, no sentido que demos a estes termos.

Por exemplo, o aumento do gasto público no ensino superior é, em princípio, um factor de estímulo à «oferta» de conhecimento, enquanto uma maior propensão à inovação por parte do meio empresarial, e por força da maior abertura à concorrência internacional, dará origem a maior «procura» de conhecimento, em apoio ou na expectativa das inovações pretendidas.

A transição em causa poderá assim ser estimulada quer por incentivos à oferta quer por incentivos à procura do conhecimento, ambas mantendo sempre relação com os condicionamentos próprios da economia em questão. É também claro que alguma forma de ajustamento mútuo entre oferta e procura de conhecimento deverá, pelo menos tendencialmente, permitir um equilíbrio no processo, embora seja muito difícil precisar, em termos normativos, o conteúdo concreto desse crescimento equilibrado ou harmonizado. Não se verificando tal ajustamento, poderá ocorrer ao mesmo tempo maior qualificação e instrução do capital humano, este portanto aumentando o nível de «conhecimento» incorporado, e maior desemprego ou subemprego do mesmo por insuficiência do lado da procura, esta por seu turno podendo resultar de insuficiente capacidade empreendedora de empresários e gestores.

Uma dificuldade específica desta temática resulta da conveniência de distinguir a noção estrita de conhecimento valorizado pelo mercado, duma noção mais ampla de «valor» do conhecimento. Questão, aliás, que nos conduz a discutir toda a teoria do valor no domínio económico e que retomaremos noutro capítulo deste ensaio.

Como ensinam os manuais de Economia, a procura que se exprime no mercado, suportada por certo poder de compra, é expressão duma determinada repartição do rendimento, e não é de modo algum assegurada, sem mais, a correspondência entre o perfil dessa procura e o perfil das necessidades a satisfazer segundo prioridades extramercantis. Como é sabido, trata-se de problema de «engenharia social» e de difícil tratamento na generalidade dos casos e muito particularmente em relação a este tão específico mercado do conhecimento.

O que nos conduz a reconsiderar o relacionamento do conhecimento científico com esse tipo de sistema económico que tem sido designado por «economia do conhecimento» ou «economia baseada no conhecimento».